



VI-044 - ECODIPLOMACIA EMPRESARIAL, REGIMES DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E IMPLICAÇÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Anahí de Castro Barbosa⁽¹⁾

Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB. Pós-graduanda MBA em Gestão de Projetos pelas Faculdades Integradas Anglo Americano. Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB.

Adriana dos Santos Bezerra

Administradora pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Gestão Estratégica dos Negócios pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB. Professora nos cursos de Administração da FACRUZ- PE e Maurício de Nassau Campina Grande – PB.

Silvana Câmara Torquato

Bióloga pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB.

Regilene Alves Portela

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Saúde Pública pela FACISA. Mestranda pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sub-programa UFPB/UEPB. Professora substituta em enfermagem na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Valderi Duarte Leite

Engenheiro Químico pela Universidade Federal da Paraíba (UEPB), mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual da Paraíba.

Endereço⁽¹⁾: Rua João Julião Martins, 611 - Bodocongó – Campina Grande - PB - CEP: 58109-090 - Brasil - Tel: (83) 3333-2554 - e-mail: anahibc@gmail.com

RESUMO

Com o advento da era moderna, a centralização do poder do Estado fez esquecer o período da idade média marcado pelo traço da cristandade e o poder hegemônico da igreja católica. A supremacia estatal, contudo, não permaneceu incólume ao longo dos séculos. Com a ascensão do processo complexo e descontínuo de aprofundamento da interdependência dos mais diversos atores no âmbito global denominado globalização, o estado teve seu papel redefinido. Observa-se a formação de regimes mistos (híbridos) em que atores públicos e privados estão envolvidos na formação e manutenção de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisões internacionais. Uma vez analisado o regime híbrido ISO 14000, pode-se perceber que as corporações transnacionais possuem uma racionalidade diferenciada das micro e pequenas empresas. Estas últimas, mesmo utilizando o sistema ISO 14000 como sistema de gerenciamento ambiental, nem sempre conseguem ou almejam a certificação 14001. Identifica-se, então, a emergência de um sistema informal de gerenciamento ambiental, que resulta de pressões globais com impactos locais.

PALAVRAS-CHAVE: governança global, ecodiplomacia, planejamento estratégico, regime de gerenciamento ambiental.

INTRODUÇÃO

Com o advento da era moderna, a centralização do poder do Estado fez esquecer o período da idade média marcado pelo traço da cristandade e o poder hegemônico da igreja católica. Segundo Pelizzoli¹, o medievo era marcado por uma enorme consideração pelas questões relativas a Deus, à alma e à ética. Tinha-se a noção de viver em um cosmos "fechado", mais orgânico e entrelaçado, e vivo, onde se está imerso numa casa maior. Havia um sentimento comum de que um poder organizador mais forte que o humano e incognoscível que deveria ser respeitado. A natureza era um espaço sagrado, manifestação divina.

A supremacia estatal, contudo, não permaneceu incólume ao longo dos séculos. As transformações que o meio internacional vem testemunhando atentam para a ascensão de agentes internacionais não-estatais –



corporações transnacionais, organizações não governamentais, redes transnacionais de advocacy etc – que se mostram cada vez mais influentes. Há uma emergência da sociedade civil transnacional na reivindicação de direitos, primando pela transparência das atividades estatais e das atividades das corporações transnacionais. Percebe-se, então, uma redefinição do papel do Estado que deixa de ser produtor direto de bens e serviços estratégicos para ser indutor e fiscalizador do desenvolvimento. O Estado, que antes detinha o direito sobre a vida de seus súditos, passa a ter deveres de assegurar a vida de seus cidadãos. Há, portanto, uma mudança na ótica sobre que atividades o Estado deve desempenhar.

Tais transformações foram desenvolvidas concomitantemente ao aprofundamento do que ficou conhecido como globalização. Este fenômeno pode ser entendido como um processo complexo e descontínuo de aprofundamento da interdependência dos mais diversos atores no âmbito global, o que traz implicações nas áreas comercial, financeira, tecnológica, cultural, religiosa, ideológica e identitária. As mais variadas instâncias da atuação humana acabam sendo afetadas pelas interações local, regional e internacional. Tais interações não são pacíficas, são normalmente pautadas pelo conflito e pela interdependência. Assim o meio internacional é o palco de complexas relações sociais difusas onde é possível identificar vários espaços em que se delineiam a atuação humana (sistêmico, estatal, transnacional).

Como não há um governo global que promova uma ordem dada, o dinamismo das interrelações globais traz a necessidade de que meios de cooperação e competição sejam instrumentalizados para que se efetue uma governança global. Esta pode ser entendida como: processo pelo qual interesses conflitantes ou divergentes podem ser solucionados em fora internacionais. A Governança global compreende, pois, a totalidade das práticas coletivas institucionalizadas – regimes internacionais, organizações internacionais etc - que permitam a convivência, não necessariamente pacífica, dos agentes internacionais.

O papel do Estado tem sido redefinido, o que trouxe implicações nas formas de expressão de seu controle e autoridade. Como o Estado não tem sido eficiente, por exemplo, na elaboração de regras para as áreas de “livre mercado”, assim, outras formas de governança vem surgindo, por isso a relação entre Estado e atores privados tem se mostrado cada vez mais complexas. Como arranjos privados são vistos como mais eficientes, isso abre portas para outras formas de influência por parte desses atores na governança global.

Assim, observa-se a formação de regimes mistos (híbridos) em que atores públicos e privados estão envolvidos na formação e manutenção de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisões internacionais. O ISO 14000 surgiu para fomentar o comércio internacional e ilustra bem o termo regime híbrido.

Corporações transnacionais desenvolveram uma ecodiplomacia e acabam influenciando a política internacional. Muitas possuem arrecadação superior ao PIB de muitos países, o que lhes fornece um poder de barganha considerável nos fóruns internacionais. Contudo, quem associar ao setor privado uma única racionalidade pode incorrer em erros. Corporações transnacionais, grandes empresas possuem interesses que muitas vezes são divergentes de micro e pequenas empresas.

Ao propalar códigos voluntários de regulação para sistemas de gerenciamento ambiental, as corporações transnacionais se antecipam aos governos e promovem suas marcas com um “marketing verde”. Há várias vantagens com a homogeneização das regras, já que as certificações reduzem auditorias potenciais. Já para as pequenas empresas que almejam o mercado internacional, ou mesmo, ganhar visibilidade interna, possuem maiores dificuldades na obtenção de certificados internacionais, mais especificamente, a certificação ISO 14001.

No decorrer da pesquisa, observou-se que existem micro e pequenas empresas que adotam um sistema de gerenciamento ambiental, mas nem sempre essa política é formalizada por meio de certificados, tendo em vista as dificuldades para a obtenção dos mesmos. Há, portanto, um regime interno informal de gerenciamento ambiental, em que micro e pequenas empresas adotam práticas e processos que corroboram uma produção sustentável, mas não usufrui dos benefícios de uma certificação.



MATERIAL E MÉTODOS

Nesse contexto, a metodologia do presente trabalho foi desenvolvida na adoção dos seguintes passos:

I) Foram realizadas pesquisas bibliográficas realizadas em diferentes fontes como: livros, dissertações, artigos publicados em periódicos, assim como bases de dados digitais, páginas de internet, etc. A revisão bibliográfica foi orientada para sistema de gestão ambiental, Regimes internacionais e implicações locais tendo como fontes primárias e secundárias da literatura especializada nacional e internacional. As fontes primárias foram retiradas dos sítios oficiais da internet, bem como de documentos oficiais nas sedes das organizações internacionais no Brasil.

II) Foram feitas entrevistas segundo questionários semi-estruturadas, utilizando a metodologia da descrição densa etnográfica², com empresários (micro e pequenas empresas) que utilizavam sistema de gestão ambiental, mas não tinham certificação ISO 14001.

RESULTADOS OBTIDOS

O ISO surgiu para fomentar o comércio internacional. Há três tipos de categorias: membros plenos, correspondentes e assinantes. Os dois últimos gozam de status hierárquico inferior e são basicamente representados por Países em Desenvolvimento (PEDs), enquanto os membros plenos são formados por Países Desenvolvidos (PDs) e gozam de status superior. O processo decisório é dominado pelos interesses privados das indústrias e dos países desenvolvidos, sendo a participação dos Países em desenvolvimento mínima. Atenta-se para a pouca representação que os PEDs têm em organizações como ISO.

Ao analisar o impacto do regime híbrido ISO 14000 na atuação de empresas de atuação local e regional situadas na Paraíba (região de um país em desenvolvimento), pretende-se demonstrar que a lógica dos atores privados não é homogênea, de modo que não há consenso pacífico entre esses agentes. As corporações transnacionais se movem por interesses diferentes e, às vezes, conflitantes com os interesses das empresas de alcance local-regional. Observa-se também como as influências globais afetam as instâncias locais.

A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001) traz externalidades positivas, de modo que além dos benefícios levados em consideração na tomada de decisão, benefícios secundários inicialmente não considerados se expandem para toda a sociedade. Assim ao optar por um gerenciamento ambiental eficaz, as empresas têm por base um planejamento estratégico¹ que viabilize sua inserção no mercado da forma mais eficiente possível.

Dentre as benesses decorrentes de uma política ecologicamente correta, estão ganhos econômicos, sociais e ambientais, o que poder refletir, por exemplo, na ampliação de mercados para escoamento. Várias agências de fomento como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que promovem projetos de subvenção (o que antigamente era denominado a fundo perdido) exigem em alguns projetos certificações de uma produção mais limpa como requisitos. Contudo, os custos efetivos envolvidos no processo de implantação de um sistema de gerenciamento ambiental, muitas vezes, estão fora da realidade de micro e pequenas empresas.

No próprio território nacional, há uma grande discrepância na obtenção de certificação (Vide Tabela 1). São Paulo é o estado que mais possui certificações ISO 14001, o que é facilmente explicável pelo volume de empresas de grande porte ou que possuem grande aporte financeiro em suas operações.

A Tabela 1 contém porcentagens das certificações emitidas no Brasil por Estado, contudo não foram considerados os estados cujas certificações representassem menos de 1%.

**Tabela 1. Percentual das certificações emitidas no Brasil por estado ³.**

Estado	(%)
Pará	1,2
Espírito Santo	1,6
Pernambuco	1,8
Amazonas	3,1
Santa Catarina	3,9
Paraná	5,9
Bahia	6,8
Rio Grande do Sul	7,3
Rio de Janeiro	7,9
Minas Gerais	9,0
São Paulo	48,1

Para que a empresa possa adotar o sistema ISO 14000, ela tem que fazer uma análise dos fatores externos e de seus recursos internos para ver em que medida a utilização do sistema de gerenciamento ambiental (SGA) será interessante. O que é próprio da elaboração do seu planejamento estratégico⁴. Ou seja, os custos envolvidos na implementação do SGA será minimizado pelos lucros posteriores.

Cada instalação deve passar por auditorias periódicas, na medida em que a empresa pretende atender os requisitos para certificação ISO 14001. Dentre outros requisitos, a empresa deve passar a estimular seus fornecedores e contratados para que os mesmos estabeleçam o sistema de gerenciamento ambiental. Com a adoção dos padrões ISO 14001, os atores privados tendem a usufruir uma série de benefícios, o que é especialmente atraente para as corporações transnacionais.

Por conseguinte, pouco se fala das empresas de alcance local e como elas se comportam. Nesse sentido, é comum encontrar estudos sobre grandes empresas que implementam as orientações do sistema ISO 14000. Um exemplo disso é o estudo realizado na Revista Meio Ambiente Industrial exposto na Tabela 2.

Tabela 2. As empresas de maior destaque no cenário brasileiro de certificação em conformidade com a norma ISO 14001 ⁵.

Empresas certificadas ISO 14001	Nº certificados
Petrobras (FCAV; BVQI; DNV)	41
Ouro Verde Transporte e Locação (TECPAR)	32
Siemens (não encontrado site Inmetro)	30
Eucatex (não encontrado site Inmetro)	30
Light (FCAV; BVQI)	23
Rhodia (BVQI)	23
Rodo Mar Veículos e Máquinas (não encontrado)	18
Companhia Vale do Rio Doce (não encontrado)	13
Dana Industrial Ltda (não encontrado site Inmetro)	12

Nos países em desenvolvimento, há uma grande dificuldade encontrada pelas empresas de micro e pequeno porte para a adoção de um sistema de gestão ambiental, normalmente, os custos envolvidos superam muito a capacidade suportada pela empresa. Assim, ante a análise custo-benefício pela empresa, as medidas para redução do impacto ambiental são negligenciadas.



Há empresas de micro e pequeno porte que atentam para a importância da implementação de políticas ambientais que visem à redução dos impactos ambientais. Mas a consecução do certificado ISO 14001 muitas vezes não é alcançado. Assim, o que se percebe é uma adoção e aplicação não-formal de uma série de medidas e políticas ambientais por meio desses atores privados. Tem-se percebido que várias empresas de médio porte têm utilizado o sistema ISO 14000 como base, mas vários entraves foram observados para a consecução do certificado. Na empresa analisada, as maiores dificuldades encontradas foram: custos onerosos e, principalmente, a morosidade do processo de certificação, acarretando em desistência. Identifica-se, então, a emergência de um sistema informal de gerenciamento ambiental, que resulta de pressões globais com impactos locais.

O estudo foi desenvolvido a partir de 20 entrevistas que envolveu a inquirição de consultores em Gestão Ambiental e administradores de empresas paraibanas de micro e pequeno porte. Os maiores dos entraves observados foram: Custos com consultoria em gestão ambiental; Custos de implementação do Sistema de Gestão Ambiental; Custos com as auditorias e burocracia envolvida no processo.

Dessa forma, pode-se afirmar que as micro e pequenas empresas apresentam uma racionalidade diferente das corporações transnacionais, na medida em que a adoção do SGA não significará um ganho imediato no mercado. Elas usufruem de ganhos indiretos advindos da implementação do SGA. Há, portanto, um regime interno de gerenciamento ambiental não reconhecido, em que cada ator privado implementa, na medida de suas possibilidades as orientações do sistema ISO 14000.

Pode-se afirmar, então, que os pequenos atores privados desempenham papel ativo no mercado, muito embora seja pouco evidenciado. As pequenas e micro empresas recorrem ao retorno com ganhos de imagem, sem recorrer às instâncias do regime internacional. Em alguns casos, o SGA é implementado com ganhos econômicos para a empresa decorrente da redução do desperdício e o aumento da eficiência na utilização dos recursos.

CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, conclui-se que:

Micro e pequenas empresas ao elaborar as suas estratégias partem de pressupostos e de racionalidades diferentes das corporações transnacionais, muito embora representem segmentos do setor privado. É possível perceber um regime interno não formal que segue as recomendações do sistema ISO 14000, mas que não são formalizados e que, provavelmente, assim permanecerão. A não ser que os custos envolvidos nesse processo sejam modificados.

Percebe-se também o quanto tem aumentado a influência de fatores globais sobre o âmbito local, o que não significa, contudo, que as micro e pequenas empresas sejam passivas. Essas empresas têm margem de manobra e atuam conforme as suas percepções estratégicas.

Quando optam por políticas ambientais que tragam maior eficiência à empresa, as micro e pequenas empresas tentam obter um retorno com ganhos de imagem, sem recorrer às instâncias do regime internacional. Dessa forma, essas pequenas e micro empresas acabam criando um regime interno informal de gerenciamento ambiental, isto é, princípios, regras e procedimentos ao redor dos quais as expectativas dessas empresas convergem para o melhoramento da gestão ambiental de modo informal, mas que também pode ser legal uma vez que os instrumentos legais dêem validade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PELIZZOLI, M.L. Correntes da ética ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
2. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989
3. A evolução das certificações ISO 14001 no Brasil. Revista Meio Ambiente Industrial, São Paulo, n. 55, maio/junho, 2005
4. CHIAVENATO, Idalberto. Administração dos Novos Tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
5. A certificação ISO 14001 no Brasil e seu reflexo positivo no mercado ambiental. Revista Meio Ambiente Industrial, São Paulo, n. 61, maio/junho, 2006.